

ATA NÚMERO DEZASSEIS

Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Auditório da Biblioteca da Escola Secundária José Macedo Fragateiro, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Ovar. A reunião foi presidida pela docente Maria de Lurdes Ferreira, Presidente do Conselho Geral e foi dado cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1: Período antes da ordem do dia;

Ponto 2: Análise do Plano de Melhoria do Agrupamento de Escolas de Ovar;

Ponto 3: Parecer sobre os Critérios a considerar na organização do ano letivo 2015/2016;

Ponto 4: Aprovação do mapa de férias da Diretora do Agrupamento.

Ponto 1: Período antes da ordem do dia – Deu-se início à reunião com a tomada de posse de Ana Paula Graça Reis Rodrigues, representante da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). De seguida, foi aprovada a ata da reunião anterior.

Ponto 2: Análise do Plano de Melhoria do Agrupamento de Escolas de Ovar - A Presidente informou que o documento do Plano de Melhoria resultou de uma súmula das várias estruturas pedagógicas da escola. A Diretora acrescentou que o referido documento foi elaborado de acordo com a CAP e que os resultados serão positivos se houver envolvimento de todos. Referiu ainda que, ao longo de cada etapa se irá verificar se há melhorias. A propósito da área de melhoria *“A identificação rigorosa dos fatores internos que condicionam o sucesso dos alunos, mormente do 3.º ciclo e do ensino secundário, com vista à implementação de ações de melhoria tendentes a potenciar a eficácia da ação educativa, com impacto na consecução das metas estabelecidas e na evolução sustentada dos resultados escolares.”*, o conselheiro António Gonçalves perguntou por que motivo, nos resultados a alcançar, a obtenção de respostas dos docentes é de 90% e as de não docentes de 70%. Na sua opinião, os resultados deveriam ser de 100%. Perante esta afirmação, a Diretora referiu que 100% seria irrealista porque há sempre docentes e não docentes que faltam ou não respondem aos inquéritos. Seguidamente, o conselheiro Rui Polónia perguntou qual a diferença em termos de resultados de turmas com mais alunos e turmas com menos alunos. A Diretora respondeu que há turmas grandes com boas notas e turmas pequenas com más notas,

não existindo uma correlação, pois, há turmas constituídas por trinta alunos em que todos passaram de ano e turmas de vinte alunos com algumas reprovações. Em relação ao Plano de Melhoria, o conselheiro Francisco Bernardo deseja que este seja implementado, apesar de não estar otimista, na medida em que julga que é discutível saber-se a causa do insucesso escolar através de respostas a inquéritos. Realçou a participação profícua e ativa de todos os departamentos na elaboração de propostas para o Plano de Melhoria, apesar da estrutura apresentada nas reuniões ser diferente da estrutura atual, apesar desta ser perceptível e mensurável. Acrescentou que, o Plano de Melhoria se deve centrar nas questões identificadas pela Inspeção, embora pudessem ser consideradas outras. Referiu que a CAP é um dos programas mais usados nas organizações, tendo sido utilizado no Projeto Educativo e no Programa de Intervenção da Diretora, apesar de não ter sido, na Avaliação do Agrupamento. Na opinião da conselheira Cláudia Torres, o Plano de Melhoria está claro e sistematizado, percebendo-se a causa – efeito. De acordo com a conselheira, o Conselho Geral deveria fazer um acompanhamento periódico. A Diretora respondeu que o Conselho Pedagógico deverá dar conhecimento dos relatórios ao Conselho Geral. Acrescentou ainda que, o referido documento foi elaborado no Conselho Pedagógico com base nas propostas apresentadas pelos coordenadores dos diferentes departamentos e que a grelha utilizada foi a da equipa de Autoavaliação. Concluiu-se com a intervenção da proposta do conselheiro Francisco Bernardo, sugerindo que a equipa de Autoavaliação fosse reforçada com mais elementos de todos os ciclos. Esta opinião, foi partilhada pelo conselheiro António Gonçalves. A este propósito, a Diretora informou que esta equipa contará com um docente do 1.º Ciclo.

Ponto 3: Parecer sobre os Critérios a considerar na organização do ano letivo 2015/2016 – O conselheiro Rui Polónia questionou o horário do 1.º Ciclo. Segundo o conselheiro há um intervalo muito curto entre o lanche da manhã e o almoço. A conselheira Manuela Bornes referiu que as duas primeiras horas são aquelas em que os alunos têm mais concentração e predisposição para as aprendizagens. A conselheira Margarida Cardoso interveio, dizendo que os pais têm de ser mais cuidadosos em relação à quantidade de comida que as crianças levam para o lanche. Por sua vez, a conselheira Teresa Dias referiu que a escola de Habitovar é a única escola do 1.º Ciclo que se queixa do horário. De acordo com a Diretora, a reunião geral do próximo ano letivo será a três de setembro de dois mil e quinze e o começo do ano letivo, provavelmente, a vinte e um de setembro. De seguida, fez-se a análise do documento

sobre a Organização de Horários do próximo ano letivo. Os critérios foram definidos em Conselho Pedagógico. A organização de horários será a seguinte: a) Períodos de funcionamento – início e fim (manhã – 8:30 – 13:25; tarde – 13:25 – 18:15 (o primeiro intervalo da tarde será de cinco minutos); noite – 19/19:15 (ajustável em função dos formandos) – 23:30 (não se prevê o funcionamento à noite). 1.º Ciclo (9h 11:00, 11:30 – 13:00, 14:30 – 16; 16:30 – 17:30 salvaguardando-se ajustes a realizar pelos coordenadores de estabelecimento, no intervalo da manhã e no término da manhã/início da tarde para melhor operacionalizar o período de almoço e intervalos bem como a adequação de intervalos por motivo de lecionação do Inglês ao 3.º ano. EPE (9:00 – 12:30; 14:00 – 15:30 (salvaguardando-se ajustes a realizar pelos coordenadores de estabelecimento, no intervalo da manhã e no término da manhã/início da tarde para melhor operacionalizar o período de almoço e intervalos; b) Distribuição de tempos letivos diários – cada turno pode ter até três blocos de noventa minutos; se necessário poderão ser lecionados mais de oito tempos diários nas turmas de ensino regular no dia em que é lecionada a disciplina de Educação Moral Religiosa Católica e nas turmas de ensino profissional; c) Limite máximo entre dois turnos distintos do dia (desejável noventa minutos (um bloco) podendo ser se necessário cento e trinta e cinco minutos (1,5 blocos); d) Distribuição das disciplinas com três ou menos dias (não devem ser lecionadas em dias consecutivos as disciplinas lecionadas em dois dias e as disciplinas lecionadas em três dias sempre que possível também não devem ser lecionadas em dias consecutivos; e) Distribuição dos tempos de diferentes disciplinas de língua estrangeira (não poderão ser lecionadas consecutivamente); f) Alteração pontual dos horários dos alunos para efeito de substituição de aulas por ausência de docentes (deverão privilegiar-se as permutas desde que avisados antecipadamente os alunos e, no ensino básico também os encarregados de educação; por conveniência de serviço poderá fazer-se alteração pontual dos horários desde que comunicada atempadamente aos encarregados de educação dos alunos; g) Distribuição dos apoios a prestar aos alunos (no ensino básico deverá proceder-se à concentração dos apoios num período do dia (manhã ou tarde), preferencialmente por ano de escolaridade, para possibilitar a constituição de grupos temporários de homogeneidade relativa com vista à superação das dificuldades. No ensino secundário deve evitar-se, sempre que possível, a sua concentração de forma a não sobrecarregar os dias com mais carga letiva bem como a deslocação dos alunos à escola para apoios em tempos isolados, em período sem componente letiva. Deverão privilegiar-se os apoios nos inícios de cada ciclo do ensino

básico com incidência no desenvolvimento de métodos e técnicas de estudo; h) Deverá evitar-se a realização de visitas de estudo no terceiro período, particularmente nos anos submetidos a provas finais/exames; as visitas de estudo só deverão realizar-se se houver possibilidade de posterior exploração pedagógica. Após a análise, o documento foi aprovado.

Ponto 4: Aprovação do mapa de férias da Diretora do Agrupamento.

O mapa de férias foi aprovado por unanimidade: oito dias em agosto por conta do período de férias do ano anterior, não gozadas no segundo período por conveniência de serviço; vinte e dois dias, entre outubro e dezembro, em datas a confirmar, para poder efetuar deslocação ao estrangeiro.

De seguida, o conselheiro Guilherme Enguião apresentou, em nome dos representantes das Associações de Pais do Agrupamento de Escolas de Ovar, um documento de agradecimento e público louvor ao Chefe João Duarte (presidente cessante da CPCJ de Ovar). Este documento foi lido pela Presidente e será transcrito *“Ao longo dos últimos anos, tivemos o privilégio e a honra de poder trabalhar com o Chefe João Duarte, a quem, neste momento em que cessa funções como Presidente da CPCJ de Ovar, não podemos deixar de apresentar o nosso público agradecimento e voto de louvor pela forma exemplar e de excelência como desempenhou essas mesmas funções. As associações de pais tiveram o privilégio de contar com o Chefe João Duarte no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Ovar, onde a sua voz calma, ponderada e refletida sempre foi um baluarte e um ponto de aferição firme, equidistante, independente e fundamentado, com o bem-estar das crianças e jovens sempre por norte. No entanto, muito mais do que um membro do Conselho geral, ele foi um número de telefone sempre disponível, uma presença sempre acessível, bem vinda e desejada no dia a dia das escolas do nosso Agrupamento, bem como de outros do concelho de Ovar. Sempre que uma atividade podia envolver a CPCJ, sempre que um problema precisava do seu discreto e assertivo auxílio, sempre que uma iniciativa apelava à sua presença, o João Duarte nunca deixou de responder presente. Terminando o seu mandato, gostaríamos de aproveitar este momento para, em nome dos pais do Agrupamento, agradecer a forma extraordinária e dedicada, demonstradora de um forte compromisso pessoal e não apenas institucional, com que exerceu as funções que agora cessa na CPCJ. Temos consciência que o seu trabalho foi semelhante a um icebergue: apenas pudemos vislumbrar uma pequena parte do todo que o forma. Não deixando de crer na capacidade do futuro nos surpreender, sabemos que será difícil a um seu sucessor*

igualar a excelência da sua dedicação, que sempre guardaremos na memória como um exemplo de serviço público abnegado e altruísta. Existem cargos que elevam a novos patamares as pessoas que os ocupam; outros, em resultado da dedicação, empenho, comprometimento, responsabilidade e capacidade de quem por eles se assume, fazem com que as instituições a eles ligados cresçam e se fortaleçam. O João Duarte foi, indubitavelmente, alguém que deixou uma CPCJ muito maior, mais dinâmica, participativa, funcional e interventiva. É inestimável, neste momento, o seu contributo para o futuro do nosso Concelho. Serão os jovens, por quem ele lutou e se dedicou, a demonstrarem, no futuro, esse enorme valor. Em nome das crianças de Ovar, muito obrigado. Ovar, 21 de Julho de 2015, Os representantes das Associações de Pais no Conselho Geral do AE de Ovar.” Este documento de agradecimento e público louvor ao Chefe João Duarte foi corroborado por todos os presentes.

Antes de terminar a reunião, a Presidente agradeceu a presença e a participação ativa do conselheiro Francisco Bernardo ao longo destas sessões de trabalho, uma vez que o mesmo irá lecionar para outro Agrupamento. Este agradecimento foi igualmente corroborado por todos os presentes.

Não estiveram presentes na reunião os conselheiros: António Costa, João Godinho, Manuel Silva, Bruno Oliveira, José Lopes, Francisco Andrade e Ana Cunha.

E nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada a presente ata e deu-se por terminada a reunião.

As Secretárias

A Presidente da Reunião

Teresa Andrade/ Teresa Dias

Maria de Lurdes Ferreira

ATA NÚMERO DEZOITO

Aos dezasseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Auditório da Biblioteca da Escola Secundária José Macedo Fragateiro, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Ovar. A reunião foi presidida pela docente Maria de Lurdes Ferreira, Presidente do Conselho Geral e foi dado cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Tomada de posse do representante dos alunos ao Conselho Geral, do Agrupamento de Escolas de Ovar – Tomou posse, neste órgão, o aluno Gonçalo Ferreira Borges, Presidente da Associação de Estudantes da Escola Secundária José Macedo Fragateiro.

Não estiveram presentes na reunião os conselheiros António Costa, Rui Polónia, Filipe Faria, José Lopes, Domingos Tavares, Teresa Andrade, Francisco Andrade, Bruno Oliveira e Ana Cunha.

E nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada a presente ata e deu-se por terminada a reunião.

As Secretárias

Josefina Ventura / Teresa Dias

A Presidente da Reunião

Maria de Lurdes Ferreira

ATA NÚMERO DEZANOVE

Aos dezasseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Auditório da Biblioteca da Escola Secundária José Macedo Fragateiro, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Ovar. A reunião foi presidida pela docente Maria de Lurdes Ferreira, Presidente do Conselho Geral e foi dado cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1: Período antes da ordem do dia – Foi aprovada a ata número dezassete. A Presidente informou que a conselheira Manuela Bornes escreveu o texto do louvor à anterior Coordenadora do 1.º ciclo, professora Isabel Vasconcelos. Salientou que mandará executar o quadro com o respetivo texto e entregá-lo-á à referida Coordenadora, na Escola sede do Agrupamento. A Diretora salientou que não haverá exames nos 4.º e 6.º anos. Referiu que o Ministro de Educação, em reunião, informou que as provas de aferição destinadas aos 2.º, 5.º e 8.º anos estão em estudo e carecem de regulamentação e informação mais detalhadas, sendo criados grupos de trabalho para este efeito. Acrescentou ainda, que o Ministro de Educação referiu que, por causa dos exames, a preocupação fundamental dos docentes eram as disciplinas de Português e de Matemática, descurando outras disciplinas, como por exemplo, o Estudo do Meio. A

Diretora mencionou que está a decorrer uma inspeção aos financiamentos europeus no Agrupamento, quer à parte pedagógica, quer à parte financeira.

Ponto 2: Melhoria dos resultados escolares: a preparação para os exames de final de ciclo – Este ponto da reunião proposto pelo conselheiro Rui Polónia foi adiado devido à sua ausência, tal como aconteceu na reunião anterior.

Ponto 3: Apreciação e aprovação do Relatório de Atividades, 1º período - 2015/2106 – A conselheira Josefina Ventura interveio, esclarecendo que em relação às atividades de Inglês, os dados da página vinte e dois do referido Relatório não estão corretos, uma vez que nos concursos “Spelling Bee” e “Who wants to be a millionaire?” participavam dois representantes de cada turma. Assim, na primeira atividade participaram 21 alunos (um aluno faltou) e na segunda, 20 (os dois representantes de uma turma faltaram). Quanto à atividade “Let’s sing” participaram mais de cinco alunos visto que era aberta a todos os alunos dos 5.º e 6.º anos e embora a participação tenha ficado aquém do esperado, algumas turmas passaram pela sala. A Diretora esclareceu que os dados tinham sido retirados dos Planos de Atividades das Turmas e que os diretores de turma não referiram essas informações.

No que diz respeito às refeições servidas, a Conselheira Manuela Bornes congratulou-se com a diminuição da taxa de desperdício na Escola sede, comparando com a Escola António Dias Simões. A Diretora esclareceu que esta baixa tinha a ver com o grande esforço feito nesse sentido.

De seguida, no âmbito dos processos disciplinares, a conselheira Manuela Bornes referiu que o aluno do 1.º Ciclo que teve três dias de suspensão, já no Pré- escolar era uma criança que revelava perturbações, mas a educadora não conseguiu referenciá-lo. A Diretora informou que este aluno teve esta penalização devido à má educação. A este propósito, a Presidente informou os conselheiros que a Comissão Permanente deste Conselho reuniu para analisar o recurso hierárquico referente ao processo disciplinar do aluno do 4º ano da Escola Básica dos Combatentes, tendo a referida Comissão ratificado a decisão final da medida disciplinar sancionatória aplicada.

A conselheira Margarida Cardoso manifestou a sua preocupação pelo facto de surgirem problemas disciplinares graves, cada vez mais cedo, nas escolas e, em sua opinião, a inexistência de Psicólogos nas escolas não contribui para a resolução destes problemas.

A conselheira Josefina Ventura manifestou também a sua preocupação relativamente à acumulação de dificuldades, em alguns alunos do 5.º ano. Dificuldades, essas que poderão ter consequências graves no percurso escolar dos alunos, caso não se tomem

medidas para as colmatar atempadamente. A título de exemplo, relatou o que se passou numa aula de substituição que deu, onde foi aplicada uma ficha de consolidação de conhecimentos de Matemática constante do Plano de Aula. Os alunos tiveram um comportamento adequado e estiveram empenhados. No entanto, constatou que muitos alunos demoraram muito tempo a resolver a respetiva ficha e outros não responderam a muitas questões. Dois alunos não conseguiram fazer a ficha e foi-lhes atribuída uma tarefa alternativa (cópia do manual de uma parte da matéria abordada na ficha). Referiu que, o que mais a incomodou foi o facto de um aluno repetente ter ficado a olhar para a ficha e para o caderno diário, fechado, durante mais de uma hora sem sequer fazer um exercício ou a tarefa alternativa dada. O aluno manteve-se sempre calado, indiferente e não fez absolutamente nada. A conselheira comparou a disciplina de Matemática à disciplina de Inglês, referindo que quando as bases não estão firmes, começam as dificuldades e que se o aluno não quer aprender é difícil recuperá-lo.

A este propósito, a Presidente referiu que numa substituição, todos os alunos executam as mesmas tarefas, não havendo diferenciação de trabalhos o que não beneficia os alunos com necessidades educativas especiais e que beneficiam de adequações. Acrescentou ainda que, alguns alunos com Adequações Curriculares transitam sem terem adquirido os conhecimentos necessários para uma correta integração no próximo ano de escolaridade e/ou ciclo de ensino. No entender da Presidente, esta prática é um “presente envenenado”, pois, alguns alunos transitam sem os conhecimentos devidamente fundamentados para poderem acompanhar o programa curricular seguinte e, isto, provoca com que as dificuldades dos mesmos se adensam. Mencionou ainda que se os alunos ficassem retidos, amadureciam a nível de desenvolvimento psicológico e adquiriam mais conhecimentos para uma progressão escolar efetiva.

O conselheiro António Gonçalves chamou a atenção para o perigo de se fazer generalizações, pois nem sempre são verdade. A Diretora lembrou que a transição de ano, na legislação, tem uma perspetiva de ciclo, sendo a transição do aluno analisada caso a caso.

O Relatório foi aprovado.

Ponto 4: Análise do pedido da prorrogação da vigência do Projeto Educativo (mais um ano) do Agrupamento de Escolas de Ovar – A Diretora informou que os inspetores estiveram três dias no Agrupamento e elaboram um plano de intervenção com três eixos fundamentais, tais como, a melhoria dos resultados, o trabalho colaborativo e problemas de disciplina. Acrescentou que os mesmos lhe pediram para indicar um interlocutor para

cada um dos eixos e seriam estes que iriam negociar com a inspeção. Posteriormente, o compromisso seria assinado pela Diretora. Salientou que em abril, a inspeção virá novamente ao Agrupamento, verificar o que já foi realizado e em julho será feito o balanço final. De acordo com a Diretora, a inspeção considera que o Projeto Educativo deve estar indexado ao mandato da Diretora. Nessa ótica e porque estamos numa fase de definição de Metas, seria mais adequado prolongar o Projeto Educativo e preparar no próximo ano um novo documento. Posto isto, todos os conselheiros concordaram com a prorrogação da vigência do Projeto Educativo.

Ponto 5: Orientações para o projeto de Orçamento de 2016

A Diretora informou que, todos os anos, a tutela convidava a Direção a apresentar um Projeto de Orçamento para o ano seguinte. No entanto, até à data ainda não recebeu nenhum convite. Explicou algumas das alterações verificadas, nomeadamente, no que diz respeito a Ação Social Escolar, destacando que, atualmente, as captações são muito baixas e que a Ação Social só financia os livros e as refeições pelo que deixou de financiar as visitas de estudo.

Neste âmbito, e tendo em conta o que foi dito, os conselheiros manifestaram-se no sentido de que o Projeto de Orçamento de 2016 deverá reforçar os apoios aos alunos carenciados.

Ponto 6: Aprovação do pedido de acumulação de férias da Senhora Diretora do Agrupamento, Dr.^a Cecília Oliveira – Foi aprovado o pedido de acumulação de férias da Diretora.

Ponto 7: Plano de Melhoria (ponto da situação) – A Presidente informou que todos os professores estão envolvidos no Plano de Melhoria e que o Conselho Geral não tem funções fiscalizadoras, mas sim de colaboração com a Direção e com toda a comunidade educativa para em conjunto, atingirem os objetivos pretendidos. Informou ainda, que sempre se mostrou disponível perante a Direção do Agrupamento para colaborar no que fosse necessário para a execução do Plano de Melhoria. A este propósito a Diretora lembrou que o Conselho Geral é um órgão de acompanhamento, mas não é executivo e que os encarregados de educação não devem intervir diretamente no Projeto Educativo. Salientou que o grupo responsável pela Avaliação Interna tem tido muito trabalho. O interlocutor pela área de intervenção Resultados Académicos é o docente Francisco Fidalgo. A equipa está na fase de conclusão da elaboração dos inquéritos que serão preenchidos online por parte de professores e alunos, enquanto os

encarregados de educação e não docentes responderão ao inquérito em formato de papel. Os inquéritos têm como objetivo a identificação rigorosa das causas internas que condicionam o sucesso dos alunos. Em relação à medida B1 Aprofundamento da articulação e da sequencialidade de conteúdos programáticos, a Diretora informou que se realizaram reuniões de articulação entre as educadoras do Pré-escolar e os docentes do 1.º ano, entre os docentes dos 4.º e 5.º anos, bem como entre os docentes dos 6.º e 7.º anos das disciplinas de Português e Matemática. Estas reuniões, de acordo com a Diretora, permitiram esclarecer os professores em relação aos conteúdos que foram lecionados a nível das disciplinas de Matemática e Português. Quanto à medida C.1 – Definição de processos de acompanhamento e supervisão da prática letiva e B.2 que tem a ver com o Trabalho Colaborativo, a Diretora mencionou que a primeira ação foi a palestra do professor doutor Matias Alves sobre Supervisão Pedagógica.

Em relação à Definição e instituição de Metas objetivas, a Diretora informou que o Conselho Pedagógico já definiu metas e está em vias de divulgar as que dizem respeito às taxas de sucesso para todos os anos desde o 2.º até ao 12.º ano, assim, no Básico, propõe-se, em cada ano, uma redução de 20% do insucesso. A nível do Secundário, manter a diferença CIF/CE do Agrupamento no intervalo de desvio da CIF/CE nacional. Acrescentou, ainda, que estava em estudo um critério que terá a ver com a qualidade do sucesso.

Finalmente, sendo questionada sobre quem fazia parte da Avaliação Interna, a Diretora informou que não houve mudança, mantendo-se os seguintes elementos: os docentes Clara Batista, Agnelo Laranjeira, António Gonçalves, Luísa Negrão, Luísa Frazão, Francisco Fidalgo e o representante dos encarregados de educação Guilherme Enguião. Não estiveram presentes na reunião os conselheiros António Costa, Rui Polónia, Filipe Faria, José Lopes, Domingos Tavares, Teresa Andrade, Francisco Andrade, Bruno Oliveira e Ana Cunha.

E nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada a presente ata e deu-se por terminada a reunião.

As Secretárias

Josefina Ventura / Teresa Dias

A Presidente da Reunião

Maria de Lurdes Ferreira

